ORIGINAL

[Símbolo e Identificação da Entidade que Tutela a Entidade Aduante]	[Identificação da Entidade Aduante]	Logotipo da Entidade Aduante
[]	[]	
[]	[]	Logotipo da Entidade Aduante
AUTO [] NP []	EA [] Data []	

NOTIFICAÇÃO

1.ª - Fica o arguido abaixo identificado notificado de que é acusado da prática do facto a seguir descrito, sancionado nos termos das disposições legais também referidas:

ARGUIDO: [] Nascimento em [] NIF [] Carta/Licença [] Emitida por [] em []
 Doc. de identificação [] N.º [] Emitido por [] em [] Domicílio Fiscal []
VEÍCULO: Matrícula [] País [] Categoria [] Tipo [] Conduzido por []
 Carta/Licença [] Emitida por [] em [] Domicílio Fiscal []
INFRAÇÃO: Data [] Hora [] Presenciada pelo Aduante [] - [] e pela testemunha []
BI/N.º do Agente []: Local [] Comarca [] Distrito []
 Descrição Sumária []
 Normas infringidas []
SANÇÕES: Coimas Euros [] ([]) e Euros [] Prevista em []
Sanção acessória de [] Prevista em [], em conformidade com os artigos 136.º e 147.º do mesmo diploma.

TERMOS DA NOTIFICAÇÃO

Pela presente notificação fica a saber que: É acusado da prática dos factos que constam da descrição sumária os quais constituem contraordenação prevista e sancionada nos termos das normas legais indicadas.

A notificação do auto considera-se efetuada na data em que o notificando for encontrado pela entidade competente, mediante assinatura ou certidão de recusa.

O QUE FAZER:

1. Pode efetuar o pagamento voluntário da coima pelo mínimo ou efetuar depósito de valor igual ao montante mínimo da coima, nos termos e prazos seguintes:
 - A) O pagamento voluntário da coima pode ser efetuado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data da presente notificação. Se não apresentar defesa e a contraordenação for sancionada apenas com coima, o processo é arquivado.
 - B) Se não pretender efetuar o pagamento voluntário da coima pelo mínimo, deve prestar depósito no valor igual ao montante mínimo da coima de imediato, no prazo máximo das quarenta e oito horas seguintes a contar da data da presente notificação.
2. Apresentar defesa ou requerimento, no prazo de 15 (quinze) dias úteis após a data da presente notificação:

A defesa ou o requerimento têm que ser escritos em língua portuguesa, assinados e com indicação do número do auto.

A defesa ou qualquer requerimento pode ser enviado por correio à ANSR para a morada Parque de Ciências e Tecnologia de Oeiras, Avenida de Casal de Cabanas, Urbanização de Cabanas Golf, n.º 1, Tagus Park, 2734-507 Barçama, ou ser entregue no Comando Territorial/Detachamento de Trânsito da GNR ou no Comando Metropolitano/Distrital - Seção de Contraordenações de Trânsito da PSP do distrito da área da sua residência. Para ver as moradas consulte www.ansr.pt.
- 2.1. A defesa deve conter a exposição dos factos, fundamentação e pedido, indicando os meios de prova a quererem, testemunhas até ao limite de três, assinalando expressamente os factos sobre os quais incide a prova, sob pena de indeferimento das provas apresentadas.
- 2.2. Pode ser apresentado requerimento para pedir o pagamento da coima em prestações desde que o valor mínimo da coima aplicável seja igual ou superior a € 200,00 (duzentos euros) que pode ser dividido, no máximo, em 12 prestações mensais no valor igual ou superior a 50€.
- 2.3. Quando a contraordenação for sancionável com coima e sanção acessória, pode requerer, nos termos e mediante os pressupostos previstos na lei, a atenuação especial da sanção acessória (na contraordenação muito grave) ou a suspensão da execução da sanção acessória (na contraordenação grave).
- 2.4. O requerimento com identificação do condutor deve indicar o nome completo do condutor; domicílio fiscal; número do documento legal de identificação pessoal, data e respetivo serviço emissor; número de identificação fiscal e número do título de condução e respetivo serviço emissor e apenas deve ser apresentado quando o presente auto lhe for levantado por infração praticada no exercício da condução e porque é o titular do documento de identificação do veículo e não o condutor.

O requerimento para consulta do processo, pagamento da coima em prestações e identificação do condutor têm que ser apresentados em impresso de modelo aprovado por despacho do presidente da ANSR.

Para orientação e ajuda pode ser utilizado o formulário disponível em www.ansr.pt.

ATENÇÃO: Se a presente contraordenação for grave ou muito grave, e tiver sido condenado por outra contraordenação ao mesmo diploma legal ou seus regulamentos também sancionada com sanção acessória e praticada há menos de 5 anos será sancionada como reincidente, o que implica que os limites mínimos de duração da sanção acessória previstos para a presente contraordenação sejam elevados para o dobro.

Se a sua carta de condução foi obtida há menos de 3 anos está sujeita a regime probatório e se nesse período praticar um crime ligado ao exercício da condução, uma contraordenação muito grave ou a segunda contraordenação grave, pelo qual vier a ser condenado, a carta de condução é cancelada o que implica que tenha que se submeter a novo exame de condução.

A prática de três contraordenações muito graves ou de cinco contraordenações entre graves e muito graves num período de cinco anos tem como efeito necessário a cassação do seu título de condução e fica impedido de obter novo título durante 2 anos.

INSTRUÇÕES PARA DEPÓSITO OU PAGAMENTO

Para proceder

- a) ao depósito pelo montante mínimo da coima, nos 48 h seguintes à data da presente notificação; ou
- b) ao pagamento voluntário da coima, pelo montante mínimo da coima, nos 15 (quinze) dias úteis seguintes à data da presente notificação;

O mesmo pode ser efetuado:

Por residentes em Portugal

Em qualquer estação dos Correios de Portugal (CTT) ou nos postos da Rede Payshop, utilizando para o efeito o presente documento, o qual será válido como recibo após autenticação pelos CTT;

Até à Rede de Caixas Automáticas Multibanco (ATM) ou através de Homebanking, para o que deve utilizar o seu cartão bancário ou acesso à banca online, executando as seguintes operações:

1. Selecionar a operação: **Pagamento de Serviços**
2. Introduzir os elementos: **Entidade: 20 843**
Referência: XXX XXX XXX (Número do auto de contraordenação)
Montante: XXX XXX XXX (Em euros, corresponde ao valor mínimo da coima)

Por não residentes em Portugal

IBAN: PT50 0035 0202 00036448730 73
BIC CODE: CGDIPPL
 Banco: Caixa Geral de Depósitos
 País: Portugal
 Entidade: Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
 Descritivo: n.º do auto de contraordenação

Os comprovativos do pagamento da coima por transferência bancária devem ser enviados por via eletrónica para reciba@ansr.pt com a indicação do nº do auto de contraordenação ou da referência de pagamento.

207489183

Direção-Geral de Administração Interna

Despacho n.º 16948/2013

Por meu despacho de 4 de julho de 2013, nos termos do artigo 59.º e seguintes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, foi autorizada a mobilidade interna, na modalidade de mobilidade intercarreiras da Assistente Técnico, Sofia Carla Belchior Fonseca Alminhas Teixeira, para o desempenho de funções da carreira/categoria de Técnico Superior, por um período de 12 meses, mantendo a remuneração auferida na categoria de origem, em cumprimento do disposto na alínea d) n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, com efeitos a 4 de julho de 2013.

3 de dezembro de 2013. — O Diretor-Geral de Administração Interna,
 Jorge Manuel Ferreira Miguéis.

207478856

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direção-Geral da Administração da Justiça

Aviso n.º 15826/2013

Procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça — Referência PCTS 3/DSJCJI/DIE//ENGCIVIL/2013.

1 — Nos termos do disposto nos n. os 2 e 4 do artigo 6.º, e do artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (adiante designada por LVCR), e no n.º 3 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril (adiante designada por Portaria), torna-se público que, por meu despacho, de 03 de dezembro de 2013, se encontra aberto, pelo período de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior, do mapa de pessoal desta Direção Geral, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria, declarase não estarem constituídas reservas de recrutamento no próprio organismo e, não tendo, ainda, sido publicitado qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento pela Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (EC-CRC), encontra-se temporariamente dispensada a obrigatoriedade de consulta prévia a esta entidade.

Recebi a presente Notificação em [] D [] M [] A []	em [] D [] M [] A [] (art. 176.º, nº 10 do Código da Estrada)
O Arguido	O Responsável
O Condutor (art. 176.º, nº 9, do Código da Estrada)	Testemunhas

Instruções para pagamento.

O pagamento voluntário da coima pelo montante mínimo, sem acréscimo de custas, pode ser efetuado:

<p>Através da rede Multibanco, durante os 15 (quinze) dias úteis imediatamente posteriores à data da notificação e até imediatamente posteriores à data da notificação utilizando para o efeito o presente documento.</p> <p>Operação Pagamento de Serviços. Introduzir os elementos indicados abaixo:</p> <p>Entidade: Referência: Montante:</p>	<p>Em qualquer estação dos CTT e/ou qualquer ponto da rede de agentes Payshop durante os 15 (quinze) dias úteis imediatamente posteriores à data da notificação utilizando para o efeito o presente documento.</p> <p>[Espaço reservado a código de barras]</p>
---	---

Atenção: guarde o talão da operação junto da presente notificação como prova do respectivo pagamento.

DUPLICADO

[Símbolo e Identificação da Entidade que Tutela a Entidade Aduante]	[Identificação da Entidade Aduante]	Logotipo da Entidade Aduante
[]	[]	
[]	[]	Logotipo da Entidade Aduante
AUTO [] NP []	EA [] Data []	

NOTIFICAÇÃO

1.ª - Fica o arguido abaixo identificado notificado de que é acusado da prática do facto a seguir descrito, sancionado nos termos das disposições legais também referidas:

ARGUIDO: [] Nascimento em [] NIF [] Carta/Licença [] Emitida por [] em []
 Doc. de identificação [] N.º [] Emitido por [] em [] Domicílio Fiscal []
VEÍCULO: Matrícula [] País [] Categoria [] Tipo [] Conduzido por []
 Carta/Licença [] Emitida por [] em [] Domicílio Fiscal []
INFRAÇÃO: Data [] Hora [] Presenciada pelo Aduante [] - [] e pela testemunha []
BI/N.º do Agente []: Local [] Comarca [] Distrito []
 Descrição Sumária []
 Normas infringidas []
SANÇÕES: Coimas Euros [] ([]) e Euros [] Prevista em []
Sanção acessória de [] Prevista em [], em conformidade com os artigos 136.º e 147.º do mesmo diploma.

TERMOS DA NOTIFICAÇÃO

Pela presente notificação fica a saber que: É acusado da prática dos factos que constam da descrição sumária os quais constituem contraordenação prevista e sancionada nos termos das normas legais indicadas.

A notificação do auto considera-se efetuada na data em que o notificando for encontrado pela entidade competente, mediante assinatura ou certidão de recusa.

O QUE FAZER:

1. Pode efetuar o pagamento voluntário da coima pelo mínimo ou efetuar depósito de valor igual ao montante mínimo da coima, nos termos e prazos seguintes:
 - A) O pagamento voluntário da coima pode ser efetuado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data da presente notificação. Se não apresentar defesa e a contraordenação for sancionada apenas com coima, o processo é arquivado.